

Análise das Relações de Poder no Serviço Público: O Caso da Secretaria da Educação

Mayara. T. S. Soares¹, Lucili G. Cortez²

1. Professora da Educação Básico do Ceará: *mayara_tamea@yahoo.com.br

2. Professora Dra.do Mestrado em História da Universidade Estadual do Ceará – UECE, e do Curso de Especialização em Pedagogia das Organizações da Faculdade Ratio

Palavras Chave: *poder, organizações, instituição pública.*

Introdução

O presente artigo é uma análise crítica do poder na organização/instituição da Secretaria da Educação do Ceará. Para tanto, são utilizados alguns aspectos que se refletem no poder, nas normas e nas práticas gerenciais desta instituição, realizando uma análise desde o processo histórico do serviço público brasileiro até a flexibilização das normas específicas de uma organização educacional estatal. Com esta pesquisa, busca-se apontar um suporte relevante no que concerne à compreensão das organizações públicas estatais, levando em consideração, principalmente, autores como Foucault e Bourdieu.

Resultados e Discussão

Ao longo da pesquisa, analisou-se a racionalidade que rege o poder no serviço público, através do Estudo de Caso da Secretaria da Educação do Ceará - SEDUC, instituição gestora de força de trabalho, produto da interação das práticas dos chefes, gerentes ou líderes com um conjunto de estratégias de sobrevivência, resistência e colaboração desenvolvidas pelos diversos agentes que compõem o corpo funcional da instituição.

Ao escolher uma instituição como a Secretaria da Educação do Ceará, verifica-se o paradoxo existente entre a gestão democrática e a persistência de práticas culturais como o patrimonialismo e o clientelismo, evidenciando uma estrutura política forte nas decisões administrativas, assim como no funcionamento dos instrumentos gerenciais do serviço público. Dessa forma, com a análise dos instrumentos e das práticas gerenciais, tem-se um sistema de trocas como propulsora das relações na SEDUC. Nesse processo, quanto maior o capital simbólico de um determinado segmento, melhor sua colocação na estrutura de vantagens da organização.

O poder, visto sob uma perspectiva organizacional, pode apresentar duas vertentes: uma funcionalista, cujo poder é expresso em algo ou alguém, e uma vertente crítica que atribui esse poder a uma dinâmica de relações, onde tudo está relacionado. É nessa vertente crítica que se estabelece a pesquisa, apresentando como base as ideias de Foucault.

Conclusões

Quando examinada as transformações pelas quais passaram as diversas organizações, verifica-se que não houve uma mudança estrutural somente, mas do perfil do profissional, assim como das relações estabelecidas no trabalho. Além disso, a flexibilização das relações trabalho funciona mais como uma adequação do Estado à nova relação de forças, mais favorável ao capital, não ao serviço público. Essa alteração contribuiu no estabelecimento de novas técnicas de gestão, transformando também as relações de poder existentes na instituição. A visão vertical do poder cede espaço para a construção de um poder criado horizontalmente, embora isso não signifique que todos os colaboradores tenham as mesmas oportunidades.

A pesquisa desse tipo de poder, dessa microfísica, mostra que, representada de forma oculta sob a forma de um sistema de trocas, encontra-se uma lógica de dominação, de lutas, conflitos e negociações, perpassando toda a instituição, criando fossos, alianças e contraposições, coerções e aliciamentos. Nessa situação, a dominação apresenta-se como o resultado de uma rede, à qual todos estão ligados de diferentes maneiras, e na qual o poder se apresenta em todos os sentidos e por todos os agentes, de forma que a gestão na organização é o resultado da composição do conjunto das estratégias: força e malícia, gestão das ilegalidades e complacência.

ALCADIPANI, R. Michel Foucault: Poder e Análise das Organizações. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 23 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Lígia m. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1991.

MARTINS, Humberto Falcão. A Ética do Patrimonialismo e a Modernização da Administração Pública Brasileira. In. PRESTES MOTTA, F.; CALDAS, Miguel P. Cultura Organizacional e Cultura Brasileira. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

PIRES, José Calixto de Souza. Cultura Organizacional em Organizações Públicas no Brasil. Rio de Janeiro, 2006.

WITTMANN, Lauro Carlos; VINHAES, Regina. O Estado da Arte em Política e Gestão da Educação do Brasil. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.